



Os desafios da justiça climática no Brasil depois da COP 30

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

Depois da realização da COP 30 no Brasil, muitos compromissos foram assumidos para tentar diminuir os impactos das mudanças climáticas. Porém, o que mais me chama a atenção é como esses acordos internacionais chegam de fato no dia a dia da população brasileira. Parece que existe uma distância grande entre o que é discutido lá fora e o que acontece aqui dentro, principalmente nas comunidades mais pobres. Pensando nisso, resolvi fazer essa pesquisa para tentar entender se o nosso país está conseguindo transformar essas promessas globais em ações reais, com justiça para quem mais sofre com as consequências do clima.

Objetivo

Compreender como os compromissos firmados na COP 30 estão sendo incorporados no Brasil, analisando se as políticas públicas voltadas ao clima respeitam os princípios da justiça climática e da proteção das populações vulneráveis.

Material e Métodos

Para realizar este trabalho, utilizei uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de artigos e livros disponíveis em bases como SciELO e Google Acadêmico. Busquei também documentos oficiais do governo brasileiro publicados após a COP 30, como planos e metas atualizadas sobre clima. Além disso, consultei decisões recentes do Supremo Tribunal Federal que tratam de meio ambiente e mudanças climáticas, porque o STF tem atuado em vários casos importantes nessa área. Não realizei entrevistas nem trabalho de campo, pois o foco foi entender o que a doutrina e a legislação já trazem sobre o tema, tentando ligar a teoria com os exemplos práticos que encontrei nos noticiários especializados.

Resultados e Discussão

Percebi que, embora o Brasil tenha assumido metas ambiciosas na COP 30, a implementação ainda é desigual. As políticas públicas existem no papel, mas faltam mecanismos eficazes de fiscalização e participação popular. Algumas comunidades afetadas por desastres ambientais, como enchentes e secas extremas, continuam sem acesso à justiça ou a programas de reparação. Por outro lado, vi que o STF tem sido provocado a decidir sobre omissões do governo, mostrando que o Judiciário pode ajudar a forçar ações concretas. No entanto, ainda há resistência política e falta de recursos. Discutindo com os autores lidos, notei que muitos apontam a necessidade de um constitucionalismo climático mais forte, com direitos exigíveis. A justiça climática não pode ser só discurso;

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



precisa virar regra clara e aplicável no dia a dia dos brasileiros mais vulneráveis.

Conclusão

Concluo que o Brasil avançou nas promessas internacionais, mas falha na efetividade interna. A justiça climática ainda é um desafio concreto, principalmente para os mais pobres. Sem controle judicial e participação social, os compromissos da COP 30 correm o risco de ficar apenas no papel.

Referências

BRASIL. Plano Clima pós-COP 30 (documento simulado para fins acadêmicos).

SILVA, J. A. Direito Ambiental e Justiça Climática. Editora X, 2025.